

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 527.279 - SP (2019/0241200-8)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : CLESIO MEDEIROS JUNIOR  
**ADVOGADO** : CLESIO MEDEIROS JUNIOR - SP316100  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VANDER PANOBIANCO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de VANDER PANOBIANCO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Alega o impetrante que o paciente foi condenado como incurso nas sanções do art. 140 do Código Penal, "restando pendente julgamento de recurso de apelação junto à turma recursal de São José do Rio Preto/SP" (e-STJ fl. 6).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando o trancamento da ação penal, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 12):

*Habeas Corpus com pedido de liminar. Trancamento da ação penal. Crime contra a honra. Inépcia da denúncia. Ausência de justa causa. Excesso de acusação. Indeferimento do pedido de liminar. Ordem denegada.*

No presente *writ*, sustenta o impetrante que "inexiste justa causa para a acusação de crime de injúria, além da inépcia da inicial acusatória" (e-STJ fl. 6).

Busca, liminarmente, "o sobrestamento do trâmite da ação penal até o julgamento do mérito do *writ*" (e-STJ fl. 4).

No mérito, pugna seja trancada a ação penal.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 38/39).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 43/101, 104/115 e 118/131).

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *habeas corpus* (e-STJ fls. 134/136).

# Superior Tribunal de Justiça

É, em síntese, o relatório.

Consoante informado pelo Juízo singular e conforme parecer ministerial, foi prolatada, em 15/5/2019, sentença no feito de origem, oportunidade em que o paciente foi condenado, como incurso no art. 140, *caput*, do Código Penal, à pena de 1 mês de detenção, em regime aberto, substituída por uma restritiva de direito.

Nessas circunstâncias, havendo a superveniência de sentença condenatória, o pedido de trancamento da ação penal fica prejudicado, já que não persiste o interesse de agir, porquanto há novo título cuja cognição acerca da autoria e da materialidade foi exauriente. Nesse sentido:

*PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PREJUDICIALIDADE DA IMPETRAÇÃO.*

*1 - Sobrevindo sentença condenatória, fica prejudicado o habeas corpus que busca o trancamento da ação penal.*

*2 - Precedentes desta Corte e do Supremo Tribunal Federal. [...]*

*4 - Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no RHC 37.735/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 3/2/2015, DJe 11/2/2015.)

Tal o contexto, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator